

Projudi - Processo Eletrônico do Judiciário do Roraima

Início Ações 1º Grau Ações 2º Grau Parecer Citações Intimações Audiências Sessões 2º Grau Buscas Estatísticas Outros

Operação realizada com sucesso. Protocolo:
2673904620200325122447

Processo 0808226-51.2019.8.23.0010 ☆ - (371 dia(s) em tramitação)

Classe Processual: 7 - Procedimento Ordinário
Assunto Principal: 9597 - Seguro
Nível de Sigilo: Público

Informações Gerais

Informações Adicionais

Partes

Movimentações

Apensamentos (0)

Vínculos (0)

Realces

Realçar Movimentos de:

☐ Magistrado

☐ Servidor

☐ Advogado

☐ Membro MP

☐ Defensor

☐ Procurador

☐ Outros

☐ Audiência

Ocultar Movimentos:

☐ Inválidos

☐ Sem Arquivo

☐ Hab. Provisória

Filtros

Movimentado Por:

☐ Advogado

☐ Defensor Público

☐ Entidades Remessa

☐ Magistrado

☐ Procurador

☐ Servidor

Sequencial(Intervalo):

ao

Data do Movimento(Período):

à

Descrição:

69 registro(s) encontrado(s), exibindo de 1 até 69

500 por pág.

1

Seq.	Data	Evento	Movimentado Por
<div><div></div></div> 69	25/03/2020 12:24:47	JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador
		Cumprimento de intimação - Referente ao evento JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO (16/03/2020)	
<div><div>69.1 Arquivo: Petição</div><div>Ass.: JOAO ALVES BARBOSA</div><div>FILHO</div><div>2581011IMPUGNACAOAOLAUDOPERICIAL02.pdf</div><div>Público</div></div>			
68	16/03/2020 15:23:43	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador
		(Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 16/03/2020 com prazo de 5 dias úteis *Referente ao evento (seq. 65) JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO (16/03/2020) e ao evento de expedição seq. 67.	
67	16/03/2020 08:58:02	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO	Arielly Né de Almeida Estagiária
		Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 5 dias úteis - Referente ao evento (seq. 65) JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO (16/03/2020)	
66	16/03/2020 08:58:02	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO	Arielly Né de Almeida Estagiária
		Para advogados/curador/defensor de RAFAEL DIEGO PEREIRA COELHO com prazo de 5 dias úteis - Referente ao evento (seq. 65) JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO (16/03/2020)	
<div><div></div></div> 65	16/03/2020 08:57:37	JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO	Arielly Né de Almeida Estagiária
		DECORRIDO PRAZO DE PERITO PEDRO DI GIOVANNI	
64	14/02/2020 00:07:22	(Para Perito PEDRO DI GIOVANNI *Referente ao evento (seq. 60) DETERMINADA A EXPEDIÇÃO DE MANDADO DE CITAÇÃO / INTIMAÇÃO (17/01/2020) e ao evento de expedição seq. 62.	SISTEMA CNJ
		LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA	
63	23/01/2020 10:25:27	(Pelo Perito PEDRO DI GIOVANNI) em 23/01/2020 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 60) DETERMINADA A EXPEDIÇÃO DE MANDADO DE CITAÇÃO / INTIMAÇÃO (17/01/2020) e ao evento de expedição seq. 62.	PEDRO DI GIOVANNI Perito
		EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO	
62	22/01/2020 13:26:31	Para Perito PEDRO DI GIOVANNI com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento DETERMINADA A EXPEDIÇÃO DE MANDADO DE CITAÇÃO / INTIMAÇÃO (17/01/2020)	Thiago Pacheco Pires dos Santos Analista Judiciário
		HABILITAÇÃO PROVISÓRIA	
61	22/01/2020 13:25:57	Perito Oficial: PEDRO DI GIOVANNI habilitado até 22/03/2020 (60 dias)	Thiago Pacheco Pires dos Santos Analista Judiciário
		DETERMINADA A EXPEDIÇÃO DE MANDADO DE CITAÇÃO / INTIMAÇÃO	
<div><div></div></div> 60	17/01/2020 14:59:44	CONCLUSOS PARA DECISÃO	EDUARDO MESSAGGI DIAS Magistrado
		Responsável: EDUARDO MESSAGGI DIAS	
59	13/01/2020 11:16:13	JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE	EGILAINE SILVA DE CARVALHO Analista Judiciária
		Cumprimento de intimação - Referente ao evento JUNTADA DE LAUDO (05/12/2019)	
<div><div></div></div> 58	11/01/2020 08:53:11	RENÚNCIA DE PRAZO DE RAFAEL DIEGO PEREIRA COELHO	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador
		Referente ao evento JUNTADA DE LAUDO (05/12/2019)	
57	10/12/2019 15:45:31	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA	EDSON SILVA SANTIAGO Advogado
		(Pelo advogado/curador/defensor de RAFAEL DIEGO PEREIRA COELHO) em 10/12/2019 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 52) JUNTADA DE LAUDO (05/12/2019) e ao evento de expedição seq. 53.	
56	10/12/2019 15:44:37	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA	EDSON SILVA SANTIAGO Advogado



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 5ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR

Processo: 08082265120198230010

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **RAFAEL DIEGO PEREIRA COELHO**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

DO LAUDO PERICIAL

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente.

Nesse sentido, foi nomeado perito por esse d. juízo, e posteriormente as partes intimadas a apresentaram quesitos, a fim de se verificar qual o grau da suposta Invalidez da parte autora.

DESTE MODO, A RÉ PROCEDEU COM O PAGAMENTO DA VERBA INDENITÁRIA NA MONTA DE R\$ 2.362,50 (dois mil e trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), VALOR ESTE CORRESPONDENTE AO PERCENTUAL DA INVALIDEZ PARCIAL E PERMANENTE APRESENTADA PELA PARTE AUTORA EM SEDE ADMINISTRATIVA.

Frisa-se que nem todas as lesões ocasionadas por acidente automotor são passíveis de indenização, pois para caracterizar invalidez permanente passível de indenização imprescindível que haja perda definitiva ou redução da funcionalidade de um membro ou órgão, ou seja, quando a recuperação ou reabilitação da área afetada é dada como inviável, ao fim do tratamento médico.

Noutro giro, após a nomeação de perito as partes apresentaram quesitos para que fosse verificado qual o grau de comprometimento da Invalidez apurada.

APÓS A PERÍCIA MÉDICA, O LAUDO INDICOU A SEGUINTE LESÃO:

b.2 ☒ Parcial Incompleto (dano anômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corporal da vítima).

b.2.1) Informar o grau da incapacidade definitiva da vítima, segundo o previsto na alínea II, §1º do art. 3º, da Lei 6.194/74, com redação introduzida pelo artigo 31 da Lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

Segmento anômico.

Marque aqui o percentual

1ª Lesão	<u>Membro inferior esquerdo</u>	<input type="checkbox"/> 10% Residual	<input type="checkbox"/> 25% Leve	<input checked="" type="checkbox"/> 50% Média	<input type="checkbox"/> 75% Intensa
2ª Lesão		<input type="checkbox"/> 10% Residual	<input type="checkbox"/> 25% Leve	<input type="checkbox"/> 50% Média	<input type="checkbox"/> 75% Intensa
3ª Lesão		<input type="checkbox"/> 10% Residual	<input type="checkbox"/> 25% Leve	<input type="checkbox"/> 50% Média	<input type="checkbox"/> 75% Intensa
4ª Lesão		<input type="checkbox"/> 10% Residual	<input type="checkbox"/> 25% Leve	<input type="checkbox"/> 50% Média	<input type="checkbox"/> 75% Intensa

NO ENTANTO, FRISA-SE QUE ALUDIDA VERIFICAÇÃO REALIZADA NA SEARA ADMINISTRATIVA É REALIZADA POR PROFISSIONAL IMPARCIAL E TECNICAMENTE COMPETENTE, OBEDECENDO OS ESTRITOS LIMITES DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.

PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

Data da análise: 24/01/2019

Valoração do IML: 0

Perícia médica: Não

Diagnóstico: FRATURA DIAFISÁRIA DA TÍBIA E FÍBULA ESQUERDA.

Resultados terapêuticos: TRATAMENTO CIRÚRGICO (PLACA E PARAFUSOS E ENXERTO ÓSSEO) E ALTA MÉDICA.

Sequelas permanentes: LIMITAÇÃO DO ARCO DOS MOVIMENTOS DO MEMBRO INFERIOR ESQUERDO.

Sequelas: Com sequela

Conduta mantida:

Quantificação das sequelas: APRESENTA APÓS ANÁLISE MÉDICO DOCUMENTAL DEBILIDADE FUNCIONAL LEVE DO MEMBRO INFERIOR ESQUERDO.

Documentos

complementares:

Observações:

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda funcional completa de um dos membros inferiores	70 %	Em grau leve - 25 %	17,5%	R\$ 2.362,50
Total			17,5 %	R\$ 2.362,50

CONFORME PODEMOS VERIFICAR, O PERITO JUDICIAL MANTEVE EM SEU LAUDO COMPLEMENTAR A GRADUAÇÃO NA LESÃO APRESENTADA EM PERICIA REALIZADA, COM A JUSTIFICATIVA DE QUE O AUTOR APRESENTOU RECEITAS DE ANTIBIÓTICOS E QUE FAZ ACOMPANHAMENTO COM ESPECIALISTA.

Ocorre que o autor ainda encontra-se em tratamento médico, logo, SE NÃO HÁ COMO SE CONCLUIR PELA SUPOSTA INVALIDEZ do interessado, uma vez que ainda não se esgotou todas as possibilidades de tratamento ortopédicas necessários para uma possível melhora ou até mesmo cura do autor, não há como se apurar o grau da invalidez permanente que o autor, porventura, venha a ser portador no futuro, isto se for o caso de não haver sucesso na recuperação do autor com o fim do tratamento que o mesmo se presume está submetido.

DESSA FORMA, TOTALMENTE DIVERGENTE A CONCLUSÃO DO PERITO JUDICIAL, CUJO LAUDO A RÉ IMPUGNA TOTALMENTE, DEVENDO SER ACOLHIDO O LAUDO ADMINISTRATIVO QUE SE TRAZ A DEMANDA.

Sendo assim, na hipótese de condenação, o valor indenizatório deverá respeitar a tabela inserida na Lei 11.945/09, devendo ainda ser observado o pagamento administrativo realizado na monta de R\$ 2.362,50 (dois mil e trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).

Destarte, requer a Ré que o N. Magistrado acolha o descrito no laudo administrativo apresentado pelo *expert*, tendo em vista que foram devidamente utilizados os critérios de fixação de indenização do ANEXO I da Lei 6.194/74 c/c Súmula 474 do STJ.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 23 de março de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/RR 451-A

SIVIRINO PAULI
101-B - OAB/RR